



Tribunal de Justiça do

Sistema de Publicação de Conteúdo

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 196 DE 06 DE MARÇO DE 2026.

Este texto não substitui o disponibilizado no DJE de 09 de março de 2026.

Altera a composição da Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 662, de 29 de setembro de 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia é um colegiado responsável pelo desempenho de atribuições ou atividades sobre tema(s) de competência do Tribunal, conforme dispõe o Decreto Judiciário nº 146/2026; e

CONSIDERANDO o processo SEI nº 80506519.000125/2026-77,

DECIDE

Art. 1º Alterar a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, instituída pelo Decreto Judiciário nº 662, de 29 de setembro de 2020, que passa a ser integrada pelos seguintes membros:

- I. Juíza de Direito Maria Angélica Alves Matos, na qualidade de Presidente;
- II. Juíza de Direito Karla Kristiany Moreno de Oliveira, representante da Associação dos Magistrados da Bahia (AMAB);
- III. Juíza de Direito Mirna Fraga Souza de Faria;
- IV. Juiz de Direito Bruno Barros dos Santos;
- V. Juiz de Direito Guilherme Vitor de Gonzaga Camilo;
- VI. Juíza de Direito Isabella Pires de Almeida;
- VII. Viviane Souza Chaves, servidora representante da Chefia de Gabinete da Presidência (CGPRES);
- VIII. Ísis Carneiro Santos de Almeida, servidora representante da Secretaria de Administração (SEAD);
- IX. Caroline Andrade Meirelles Bomfim, servidora representante da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP);
- X. Carmen Silvia Bonfim dos Santos Rocha, servidora; e
- XI. Sol Flores Bessoni de Souza, servidora indicada para secretariar os trabalhos.

Art. 2º As Instituições/Órgãos externos indicaram, na qualidade de colaboradores externos, os seguintes integrantes para a Comissão para a Promoção de Igualdade e Políticas Afirmativas em Questões de Gênero e Orientação Sexual:

- I. Edvaldo Gomes Vivas, Promotor de Justiça, representante do Ministério Público do Estado da Bahia, na qualidade de titular; e Márcia Regina Ribeiro Teixeira, Promotora de Justiça, na qualidade de suplente;
- II. Solange Anatólio do Espírito Santo, Promotora de Justiça, representante da Associação do Ministério Público da Bahia (AMPEB), na qualidade de titular; e Lucas da Silva Velloso Santana, na qualidade de suplente;
- III. Daniel Soeiro Freitas, Defensor Público, representante da Defensoria Pública do Estado da Bahia, na qualidade de titular; e Lívia Silva de Almeida, Defensora Pública, na qualidade de suplente;
- IV. Raphael Vargas Scorpão, Defensor Público, representante da Associação das Defensoras e Defensores Públicos da Bahia (ADEP-BA), na qualidade de titular; e Adriano Pereira de Oliveira, Defensor Público, na qualidade de suplente;
- V. Carolina D'Amorim Barreto, Advogada, representante da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Bahia.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições do Decreto Judiciário nº 451, de 03 de junho de 2024.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, na data registrada no sistema.

[Baixar arquivo DECRETO JUDICIARIO N 196 DE 06 DE MARCO DE 2026.pdf](#)